



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 95/X/4.^a

Aos vinte e seis dias do mês de Maio do ano dois mil e nove reuniu, pelas quinze, na sala quatro, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 94;
2. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 577/X (PCP)** - Estabelece a adopção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado - Deputado autor do parecer: Costa Amorim (PS);
3. Apreciação dos Pareceres relativos aos **Projectos de Lei n.ºs 459/X (PCP)** - Cria o subsídio social de maternidade e paternidade; e **618/X (BE)** - Estabelece o regime laboral e social dos investigadores científicos e do pessoal de apoio à investigação - Deputada autora do parecer: Isabel Coutinho (PS);
4. Apreciação do Relatório Final da **Petição n.º 500/X/3.^a** - "Transformação da Associação Portuguesa de Fisioterapeutas (APF) em Associação Pública Profissional" - Deputada Relatora: Teresa Morais Sarmiento (PS);
5. Designação dos Deputados dos diversos Grupos Parlamentares que integrarão a Delegação Nacional à 98.^a Conferência da OIT - 3 a 19 Junho de 2009;
6. Apreciação do relatório da audiência concedida aos trabalhadores da Empresa Santos e Soares;
7. Nomeação de Deputado autor de parecer para as seguintes iniciativas:
 - **Projecto de Lei n.º 780/X (PS)** - Estabelece o regime jurídico do trabalho no domicílio (PSD);
 - **Projecto de Lei n.º 781/X (PS)** - Conselhos de Empresa Europeus;
 - **Projecto de Lei n.º 783/X (PS)** - Acumulação da pensão social por invalidez com rendimentos de trabalho (Alteração ao Decreto-Lei n.º 464/80, de 13 de Outubro, (pensão social por invalidez);
 - **Projecto de Lei n.º 786/X (PS)** - Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), iniciou a reunião submetendo à votação a Acta número noventa e quatro, que foi aprovada por unanimidade.

O ponto dois da Ordem de Trabalhos foi adiado momentaneamente, por solicitação do Grupo Parlamentar do PS, devido ao atraso do Senhor Deputado Costa Amorim (PS).

No terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Isabel Coutinho (PS) apresentou de forma sucinta o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 459/X (PCP), que cria o subsídio social de maternidade e paternidade. De seguida foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do CDS-PP. A Senhora Deputada Isabel Coutinho (PS) apresentou ainda o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 618/X (BE), que estabelece o regime laboral e social dos investigadores científicos e do pessoal de apoio à investigação. De seguida foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade.

De seguida foi retomado o segundo ponto da Ordem de Trabalhos, no qual o Senhor Deputado Costa Amorim (PS) apresentou o Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 577/X (PCP), que estabelece a adopção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) pediu a palavra para sugerir que, em razão da matéria, fosse solicitado um parecer à 12.ª Comissão. A sugestão foi aceite por unanimidade.

De seguida, foram submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões) do referido parecer, as quais foram aprovadas por unanimidade.

O ponto quatro da Ordem de Trabalhos foi adiado momentaneamente, por solicitação do Grupo Parlamentar do PS, devido ao atraso da Senhora Deputada Teresa Moraes Sarmiento (PS).



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No quinto ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente deu conta do convite endereçado pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade Social para que uma Delegação desta Comissão possa integrar a Delegação Nacional à 98.ª Conferência da OIT, que irá decorrer entre 3 a 19 de Junho de 2009. O Senhor Presidente da Comissão referiu ainda que tendo em conta a prática desta Comissão, a delegação parlamentar seria composta por dois deputados do PS, dois deputados do PSD e mais um deputado. Referiu ainda que nos anos anteriores tem ido um deputado do terceiro partido com maior representação na Assembleia da República, o que originou que tanto um Senhor Deputado do PCP como um Senhor Deputado do CDS-PP tivessem integrado a delegação, colocou por isso à consideração da possibilidade de ir um deputado do Bloco de Esquerda.

O Senhor Deputado Pedro Quartin Graça (PSD) solicitou a palavra para questionar sobre as datas exactas da deslocação e acrescentou ainda que tal informação é muito importante para a designação dos deputados. Do mesmo modo, lembrou que no ano transacto não foi entregue qualquer documentação sobre o tema da Conferência, nem sobre o programa, pelo que solicitava que fossem atempadamente enviados os referidos elementos.

O Senhor Presidente da Comissão comprometeu-se em reunir a informação solicitada, o mais depressa possível.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) considerou que na lógica até aqui praticada deveria ir um Deputado do PCP.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) concordou com o exposto pelo Senhor Deputado, acrescentando que neste momento também não haveria disponibilidade do BE de se fazer representar na delegação, dado o escasso número de Deputados e as muitas solicitações neste fim de legislatura.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) reiterou a necessidade de existir, quanto antes, mais dados sobre a Conferência em causa, mas informou que, em princípio e de acordo com as datas, o seu partido estaria em condições de indicar um Deputado para integrar a Delegação.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Senhor Presidente da Comissão comprometeu-se em reunir a informação solicitada, o mais depressa possível e dar disso conta aos Senhores Deputados, procedendo-se então à designação dos Deputados que irão integrar a delegação.

De seguida foi retomado o ponto quatro da Ordem de Trabalhos. A Senhora Deputada Teresa Moraes Sarmiento (PS) procedeu à apresentação do Relatório Final da Petição n.º 500/X/3.^a, propondo que *“por se encontrar esgotada a capacidade de intervenção desta Comissão, a presente petição deve ser arquivada, com conhecimento da peticionária”* e deve ser remetida cópia da petição, relatórios e documentação anexa a todos os Grupos Parlamentares e deve ainda ser enviado o presente relatório a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) após elogiar o relatório apresentado pela Senhora Deputada Teresa Moraes Sarmiento (PS), afirmando que o mesmo é consentâneo com a qualidade e densidade da Relatora, referiu-se à proposta de lei de autorização, que foi apresentada pelo Governo e que cria a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Teceu então algumas considerações sobre a criação de Ordens e sobre o seu enquadramento na Lei n.º 6/2008, bem como da oportunidade destas iniciativas. Aludindo ainda à mesma proposta de lei, questionou não só a forma, como também a eventual necessidade de serem cumpridos os princípios da Lei. Não querendo alongar-se mais, aproveitou apenas para referir que esta situação deve ser devidamente ponderada, pois a decisão tomada criará uma espécie de precedente para o futuro.

O Senhor Deputado Pedro Quartin Graça (PSD) pediu a palavra para demonstrar a sua preocupação com alguns dos aspectos focados pelo Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP), referindo, no entanto, que no caso dos técnicos oficiais de contas já existe uma associação pública profissional e o que se pretende é que passe de câmara a Ordem. No entanto, seria importante estabelecer para o futuro as regras para criação de ordens e não encetar um processo de validação quase automática de novas Ordens, dado que não foi esse o espírito que presidiu à elaboração da Lei n.º 6/2008. Acrescentou ainda que a eventual proliferação de associações públicas profissionais não deve ser o caminho e que deve existir muita ponderação nesta matéria.

O Senhor Deputado Costa Amorim (PS) pediu a palavra para concordar com algumas das preocupações levantadas pelo Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP), referindo



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

que o próprio Grupo Parlamentar do PS se encontra a ponderar a questão e a analisar da aplicação ou não da Lei n.º 6/2008, e se sim em que termos tal deve ser efectuado. Acrescentou ainda que, em breve, a Comissão será chamada a deliberar sobre esta questão.

O Presidente colocou então à votação o relatório final da petição, que foi aprovado por unanimidade.

No sexto ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Custódia Fernandes (PS) apresentou o relatório da audiência concedida aos trabalhadores da Empresa Santos e Soares e das propostas de actuação, que devem ser empreendidas, as quais mereceram a concordância da Comissão.

No sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente solicitou aos diversos Grupos Parlamentares que designassem Deputados Autores de Pareceres de diversas iniciativas legislativas, não só aquelas que se encontravam agendadas para esta reunião, mas também as que estiveram agendadas para a reunião anterior e cujo autor de parecer ainda não foi designado. Consequentemente, o Grupo Parlamentar do PSD designou o Senhor Deputado Miguel Santos (PSD) para elaborar os pareceres relativos à Proposta de Lei n.º 276/X e ao Projecto de Lei n.º 780/X e o Senhor Deputado Pedro Quartin Graça (PSD) para elaborar o parecer relativo à Proposta de Lei n.º 283/X.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) pediu a palavra para referir que usualmente para as propostas de lei do Governo são designados deputados autores de parecer dos partidos da oposição, no entanto, referiu que o Governo e o PS apresentaram, nos últimos dias, um vasto conjunto de diplomas, que pretendem ver aprovados até ao final da legislatura. O Bloco de Esquerda, pela sua dimensão, não tem condições nesta altura para assumir a elaboração do parecer da Proposta de Lei n.º 285/X, pese embora, numa situação normal o fizesse. De facto, acrescentou, que esta é uma situação anormal, pelo que sugere que o PS assumira a elaboração de pareceres das propostas de lei do Governo.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) referiu que ainda não tinha uma posição fechada sobre esta matéria, mas que o elevado número de iniciativas levantava algumas dificuldades aos partidos mais pequenos. Solicitou o adiamento desta decisão para a próxima reunião.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que já existiram momentos anteriormente em que a Comissão teve grande volume de trabalho e que, se assim for o entendimento da Comissão, o PS assumirá a elaboração dos pareceres relativos às propostas de lei do governo.

O Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) referiu que o PSD já tem iniciativas que não deveriam ser apresentadas e discutidas nos termos em que tudo indica irão ser. Acrescentou que não deveria ser possível trabalhar da forma “apressada” e “atabalhada” como os trabalhos da Comissão vão ser desenvolvidos. Em relação ao Código Contributivo, apesar de estar em discussão pública, vai ter menos de um mês para discussão e votação na especialidade, por exemplo. Solicitou ainda que, antes do debate na generalidade da Proposta de Lei n.º 270/X, deveriam ser ouvidos os parceiros sociais em Comissão. Por último, aludiu à discordância em absoluto do PSD em relação à forma ligeira como estas matérias estão a ser encaradas pelo PS.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que o PS não tem qualquer objecção que se iniciem desde já as audições.

O Senhor Presidente referiu então que a designação dos Deputados Autores de Pareceres das seguintes iniciativas: Proposta de Lei n.º 282/X, 284/X e 285/X, bem como os Projectos de Lei n.º 781/X, 783/X e 786/X – seria agendada para a próxima reunião. Do mesmo modo referiu, que no seguimento do referido pelo Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) seriam agendadas as audições da Proposta de Lei n.º 270/X, bem como calendarizadas as audições das restantes iniciativas legislativas, antes da data de 12 de Junho, para a qual se encontra agendada a discussão e votação na generalidade da referida iniciativa. Afirmou ainda que se encontra prevista uma reunião plenária na segunda metade do mês de Julho, pelo que a Comissão terá mais de dois meses para debater e votar todos os diplomas.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS), em resposta às interpelações sobre o número de iniciativas distribuídas a esta Comissão, referiu que o seu Grupo parlamentar se encontrava disponível para que as propostas de lei fossem redistribuídas e para que o PS pudesse ficar com algumas, mesmo que anteriormente atribuídas ao PSD. Acrescentou



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ainda que serão tratadas com toda a dignidade todas as iniciativas legislativas e produzidos pareceres em relação a todas elas, independentemente dos seus proponentes.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) solicitou a palavra antes do fim da reunião para colocar duas questões. Por um lado, se existia alguma data para a vinda do Senhor Ministro sobre o Código Contributivo e, por outro lado, para questionar sobre o agendamento da votação do requerimento oral efectuado pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre a vinda do Presidente do IEFP.

O Senhor Presidente informou que ainda não tinha novidades sobre a vinda do ministro e em relação ao requerimento do PCP, comprometeu-se em agendar a sua votação para a próxima reunião, tendo no entanto, sugerido que o mesmo fosse apresentado por escrito.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às dezasseis horas e dez minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 de Junho de 2009.

O PRESIDENTE,

Alberto Arons de Carvalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Arons de Carvalho
Arménio Santos
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Isabel Coutinho
Isabel Santos
Jorge Machado
Maria Cidália Faustino
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Miguel Santos
Pedro Mota Soares
Pedro Quartin Graça
Teresa Moraes Sarmiento

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Jorge Strecht

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Helena Oliveira